

# QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO ENGENDRAM OS PROJETOS SOCIAIS DIRECIONADOS AOS JOVENS? UM EXAME SOBRE O PROJETO AGENTE JOVEM E O CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE EM SÃO LEOPOLDO/RS

Rute Vivian Angelo Baquero  
Karine dos Santos  
Lúcio Jorge Hammes

**RESUMO:** No quadro global de desigualdades sociais no Brasil, os jovens se apresentam hoje como uma população especialmente demandante de políticas públicas. Dados sobre a juventude brasileira sinalizam a importância desse contingente da população, formado por cerca de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos (IBGE, 2004), gerando demandas diversificadas, algumas das quais passaram a ser incorporadas pelo Estado e pelos movimentos sociais. Nessa perspectiva, um conjunto de práticas está sendo direcionado ao segmento juvenil, visando sua inclusão social. Tal cenário impõe desafios ao campo das ciências humanas e sociais, no sentido de entender as formas de promoção de inserção e participação juvenil em nossa sociedade, direcionadas ao encaminhamento de demandas juvenis. O trabalho problematiza ações junto à juventude no projeto “Agente Jovem” e “Consórcio Social da Juventude”, realizados em São Leopoldo/RS. O estudo é desenvolvido a partir do esquema analítico sobre participação social sugerido pela *División de Organizaciones Sociales* (Chile, 1999), o qual busca responder às seguintes questões: “Em que beneficia a participação social ao que participa?” e “Em que consiste ou de que se trata a participação?” Busca também identificar, na perspectiva de Krauskopf (2004), o tipo de paradigma do enfoque da juventude presente nas propostas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação; Juventude; Projeto social.

**ABSTRACT:** In the global picture of social inequalities in Brazil, the youths come today especially as a population plaintiff of public politics. Data on the Brazilian youth signalize the importance of that contingent of the population, formed for about 34 million youths between 15 and 24 years (IBGE, 2004), generating diversified demands, some of the which became incorporated by the State and for the social movements. In that perspective, a group of practices is being addressed to the juvenile segment, seeking its social inclusion. Such scenery imposes challenges to the field of the human and social sciences, in the sense of understanding the forms of insert promotion and juvenile participation in our society, addressed to the direction of juvenile demands. The work analyses actions close to the youth in the project “Young Agent” and “Social Consortium of the Youth”, accomplished in São Leopoldo/RS. The study is developed starting from the analytic scheme about social participation suggested by *División de Organizaciones Sociales* (Chile, 1999), which looks for to answer to the following subjects: “Which the benefits of the social participation?” and “In what it does consist or of the one what is the participation?” The study still looks for to identify, in the perspective of Krauskopf, the type of paradigm of the present youth’s focus in the proposals.

**KEYWORDS:** Participation; Youth; Social project.

## 1. INTRODUÇÃO

A construção da cidadania juvenil é um tema estratégico nas sociedades latino-americanas de nosso tempo, face à explosão demográfica global da juventude. Considerando sua expressão numérica no Brasil (cerca da 27,8% da população brasileira) e no mundo (cerca de 2 bilhões), a juventude se constitui hoje um grupo expressivo, capaz de exercer pressão social. A heterogeneidade das condições de vida e de trabalho dos jovens que vivem no meio urbano brasileiro resultam em diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos e diferentes padrões de sociabilidade, gerando demandas, algumas das quais passaram a ser incorporadas pelo Estado e pelos movimentos sociais, no bojo de um processo em que novas dimensões passaram a ser consideradas como estruturantes da dinâmica social. Nessa perspectiva, um conjunto de práticas está sendo direcionadas ao segmento juvenil da população visando sua inclusão social. No entanto, no que pese tal reconhecimento, estudiosos a respeito da relação do Estado com a sociedade civil têm apontado um esgotamento e crise dos espaços de participação, tanto de um quanto da outra: as organizações sociais, além de terem perdido sua vitalidade, têm tido dificuldades de encontrar novos modelos de agrupamento e de interlocução com o Estado. Nesse contexto, o trabalho problematiza ações junto à juventude, vinculadas aos projetos “Agente Jovem” e “Consórcio Social da Juventude”, ambos realizados em São Leopoldo/RS.

O estudo é desenvolvido com base em análise documental e entrevistas com educadores, utilizando, para a problematização dos dados, esquema analítico sobre participação social sugerido pela *División de Organizaciones Sociales* (Chile, 1999), o qual busca responder às seguintes questões: “Em que beneficia a participação social ao que participa?” e “em que consiste ou de que se trata a participação?” O estudo pretende também identificar, na perspectiva

de Krauskpof (2004), o tipo de paradigma do enfoque da juventude presente nas propostas.

## 2. AS JUVENTUDES HOJE NO BRASIL

Já no final da década de 80, Peter Schwartz afirmava a importância dos jovens como força motriz no desenvolvimento do cenário “Adolescente Global”, construído a partir do *baby boom global*. Segundo o autor, mesmo levando em conta possíveis epidemias e catástrofes, os jovens seriam mais de 2 bilhões no mundo, no início do século XXI, sendo que a maioria deles da Ásia e América Latina, com conseqüências incertas. O autor sugere um período exacerbado por uma nova sensação de poder dos jovens - o poder de seu número (Schwartz, 1995, p. 62), que se imporá no início do século XXI, não apenas porque este novo *baby boom* é de âmbito mundial, mas, sobretudo, porque seus membros estariam muito mais interligados.

Especificamente, em relação ao Brasil, dados dos 8.000 jovens, entre 15 e 24 anos, ouvidos pela pesquisa Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas(2005), em sete regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal, revelaram que 52,9% dos jovens não estavam estudando, 24,3% não possuíam o ensino fundamental completo, e 27% declararam que não estavam estudando e não estavam trabalhando. Sem dúvida, os jovens pobres são os que sofrem mais diretamente os efeitos de um ensino de baixa qualidade, do desemprego, da mortalidade precoce e também de limitadas possibilidades de acesso às artes, ao lazer e aos bens e serviços.

Assim, dentro do quadro global de desigualdades sociais no Brasil, os jovens se apresentam hoje como uma população especialmente demandante de políticas públicas orientadas para direitos sociais, que lhes foram historicamente negados.

Dados sobre o perfil da juventude sinalizam a importância da formulação de políticas educacionais para esse expressivo contingente da população brasileira, formado por cerca de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, mulheres e homens, vivendo cerca de 81% em áreas urbanas (27,8 milhões), e 19% na zona rural (IBGE, Censo, 2004). Se considerada a faixa de 15 a 29 anos (adotada em vários países e pela OIT) são 48 milhões de jovens, cerca de 28% da população brasileira.

Embora, a expressão numérica por si só exija um olhar atento das autoridades, é a situação desta população que preocupa, pois já o Censo do IBGE de 2000, identificou que 40% dos jovens brasileiros são de famílias sem rendimento ou com até meio salário mínimo, representando nada menos que 50% dos desempregados no país.

Esta parcela da população é particularmente vulnerável aos problemas sociais e econômicos do país. Ultimamente, questões referentes à juventude já se fazem presentes na agenda pública, mas ainda de forma esparsa, nos desenhos das políticas sociais.

Por outro lado, ao contrário do que se poderia desejar, os números levantados em diversos estudos temáticos não têm demonstrado um quadro muito diferente daquele que levou a UNESCO a definir uma linha de pesquisa sobre a juventude. E apesar da crescente preocupação com o assunto entre pesquisadores de entidades governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, as avaliações da situação dos jovens no país têm-se dado até o momento de forma fragmentada - temporal, espacialmente e por área temática.

O Relatório *Políticas públicas de/para/ com as juventudes* (UNESCO, 2004) apresenta um panorama compreensivo da situação da juventude na América Latina. Especificamente sobre o Brasil, os estudos realizados permitem construir um retrato da juventude por meio de uma visão conjunta de áreas sociais estratégicas e representativas da qualidade de vida dos

jovens, nas diversas unidades federativas do país.

Em relação às dimensões da educação, renda e saúde, o Relatório (UNESCO, 2004) revela as heterogeneidades existentes nos diferentes estados brasileiros, marcadas pelas históricas desigualdades sociais, expressas também em termos de raça, sexo e quadro domiciliar.

Quanto à educação, observa-se que o círculo da desigualdade é grande entre os jovens de famílias de baixa renda, os quais são obrigados a deixar a escola antes de chegar ao Ensino Médio, entre os 15 e os 17 anos, limitando suas tentativas de se incorporar ao mercado de trabalho.

Em relação à saúde, o Relatório chama atenção para a exposição dos jovens às mortes por causas violentas e indica a fragilidade ou ausência de políticas de saúde específicas para jovens, ao mostrar o elevado número de mortes que poderiam ser evitados como o desenvolvimento de campanhas preventivas, controles adequados e diagnósticos antecipados.

Já em termos de renda, as desigualdades regionais são notórias: no Brasil, a renda familiar *per capita* dos jovens, medida em salários mínimos, é 1,46, mas chega a 2,46 no Distrito Federal e é de 0,73 em Alagoas. Também as desigualdades raciais são acentuadas. Enquanto os jovens brancos estão em famílias com renda familiar *per capita* de 2 salários mínimos, os jovens negros situam-se no patamar de 0,9 salário mínimo.

### **3. PARADIGMAS DE ENFOQUE DA JUVENTUDE E POLÍTICAS SOCIAIS NA ÁREA**

Segundo Krauskopf (2004), uma política de juventude, enquanto política pública, é um marco orientador do sistema de ações, expressando o horizonte dos interesses dos diferentes atores da sociedade em que os jovens adquirem relevância crescente; requer a articulação e

coordenação dos diversos atores sociais, incorporando os esforços e conhecimentos gerados pela sociedade civil e a consolidação de espaços de participação crescente e responsável da juventude.

Por outro lado, como política de Estado, uma política de juventude é, segundo a referida autora, o compromisso político de longo prazo, possibilitando os processos sociais necessários para a consolidação de um contexto nacional eqüitativo e integrado.

Krauskopf (2004) apresenta uma evolução dos paradigmas de enfoque da juventude que emanam das políticas sociais nesta área. Distingue dois enfoques: tradicionais e aqueles que denomina de enfoques avançados. Os enfoques tradicionais se caracterizam por ser de

natureza adultocêntrica e ter uma visão normativa do desenvolvimento juvenil. Nele a autora identifica o paradigma da juventude como etapa de preparação e o paradigma que enfoca a juventude como uma etapa problema. Os enfoques avançados, por sua vez, enfocam a juventude como um processo de transformação, enriquecimento pessoal e social que ocorre na interação como o entorno social e é sustentado na sua biografia, sua história e nas relações sociais. O paradigma da juventude como sujeito de direitos e o paradigma da juventude como um ator estratégico de desenvolvimento social ilustram o paradigma avançado.

O Quadro 1 explicita os enfoques de juventude referidos por Krauskopf (2004) e sua relação com políticas e programas.

**QUADRO 1 – PARADIGMAS SOBRE JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICAS E PROGRAMAS**

| PARADIGMA   | POLÍTICAS   | PROGRAMAS                                       |
|---|---|---|
| Transição para a vida adulta  | Orientadas à preparação para a vida adulta  | Universais                                      |
| <b>Etapa de preparação</b>  | Extensão da cobertura educativa, tempo livre, saúde e recreação   | Indiferenciados                                 |
| Risco e transição   | Serviço militar   | Isolados  |
| <b>Etapa problema para a sociedade</b>                                  | Compensatórias  | Baixa cobertura                                 |
| Juventude cidadã  | Setoriais (predominantemente saúde e justiça)   | Assistência e controle de específicos           |
| <b>Etapa de desenvolvimento social – Sujeito de direitos</b>            | Focalizadas   | Alvo: juventude urbana                          |
| Juventude: ator estratégico do desenvolvimento                          | Articuladas em políticas públicas intersetoriais  | Integrais                                       |
| <b>Etapa de formação cultural e produtiva</b>                           | Inclusão de jovens como sujeitos explícitos de direitos políticos, culturais, sociais e econômicos  | Participativos                                  |
| Investimento em capital humano, mão de obra e desenvolvimento econômico | Articuladas em política pública intersetoriais, orientadas à incorporação da juventude como capital humano, cultural, econômico e produtivo | Extensão de alianças                            |
| Fonte: KRAUSKOPF, 2004, p. 13.  |   | Equidade e não discriminação                    |
|   |   | Transversalidade institucional                  |
|   |   | Enfrentamento da exclusão                       |
|   |   | Aporte juvenil a estratégias de desenvolvimento |
|   |   | Expressão artística e cultural                  |

#### 4. COMO AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE TÊM RESPONDIDO HISTORICAMENTE ÀS NECESSIDADES DOS JOVENS?

Quatro modelos de políticas públicas de enfoque na juventude são apresentados e situados historicamente no Relatório *Políticas públicas de/para/com as juventudes* (UNESCO, 2004): políticas de educação, lazer e crescimento econômico; políticas de controle social de jovens; políticas de enfrentamento da pobreza e o delito em um marco de crise generalizado; políticas de

O modelo *políticas de educação, lazer e crescimento econômico* desenvolveu-se de 1950 a 1980 e concentrou-se nas esferas da educação e do tempo livre. De acordo com o Relatório da UNESCO (2004) houve, neste período, a incorporação de amplos setores juvenis aos benefícios da educação, no nível do ensino fundamental e, mais recentemente, nos níveis médio e superior. Assim, enquanto que no início dos anos

cinquenta as taxas de escolarização no nível “primário” estavam próximas dos 48%, no fim dos anos noventa chegaram a 98%; no mesmo período, as taxas brutas de escolarização “secundária” aumentaram de 36% a quase 60% e as da educação superior, de 6% a 30%.

Este modelo de política pública se constitui, na perspectiva de Krauskopf (2004), em enfoque tradicional, uma vez que concebe a juventude como uma etapa de preparação, de transição à vida adulta. Tais políticas caracterizam-se basicamente pela extensão da cobertura educativa aos jovens e pela “organização” de seu tempo livre em atividades de lazer e recreação. A consecução de tais políticas se dá mediante programas universais e indiferenciados.

O modelo de *políticas de controle social de jovens* ocorre a partir dos anos sessenta, quando a mobilização juvenil assumiu, na América Latina características contestatórias, desafiando o sistema político e social estabelecido. Dado o caráter destas manifestações dos jovens da época, os programas desenvolvidos pelas entidades de governo assumiram acentuado elemento de controle, utilizando-se da estratégia de isolamento dos movimentos estudantis e sua reclusão nos estabelecimentos universitários.

De acordo com Krauskopf (2004), neste modelo a juventude é concebida como um problema para a sociedade, assumindo, as políticas, características compensatórias e de controle social, sendo seus os programas de natureza setorial (predominantemente justiça e saúde), direcionados à juventude urbana e popular. Trata-se, na visão da autora, também de um modelo que se situa na perspectiva de um enfoque tradicional de política de juventude

O modelo de *políticas de enfrentamento da pobreza e o delito em um marco de crise generalizado* surge no cenário de uma recessão econômica e social e da expansão da pobreza, no decênio de 1980. Alguns dos programas daquele período tinham o propósito de prevenir “condutas delituosas” dos jovens. Muitos destes programas vêm

sendo re-acessados mais recentemente, utilizando-se de estratégias mais integras e estáveis no tempo e com medidas dirigidas a enfrentar a crescente insegurança urbana. Este modelo guarda também relação com a concepção de juventude como etapa de risco e transgressão, na perspectiva de um enfoque tradicional de política de juventude, segundo Krauskopf (2004).

O modelo de *políticas de investimento em capital humano no marco da transformação produtiva* começa a operar, segundo Relatório da UNESCO (2004), a partir do início dos anos noventa. O modelo destaca a importância do capital humano para o desenvolvimento, com inserção social dos jovens no mercado de trabalho, buscando incorporá-los na modernização social e na transformação produtiva, exigidos pelos processos de inserção internacional.

Tal modelo, segundo Krauskopf (2004), concebe a juventude como um ator estratégico no desenvolvimento, considerando-a como uma etapa de formação e aporte cultural e produtivo. Os programas, nesse tipo de política, se dirigem ao enfrentamento da exclusão com políticas públicas intersectoriais, orientadas à incorporação da juventude com capital humano e cultural e desenvolvimento de capital social.

Segundo Baquero (2006), estudiosos a respeito da relação do Estado com a sociedade civil têm apontado um esgotamento e crise dos espaços de participação, tanto de um quanto da outra. As organizações sociais, além de terem perdido sua vitalidade e legitimidade, têm tido dificuldades de encontrar novos modelos de agrupamento e de interlocução com o Estado. Os mecanismos de participação dos programas sociais se constituem em mecanismos excessivamente instrumentalizados e pré-definidos, sem gerar espaços de autonomia e empoderamento, sem distribuir poder e desenvolver a capacidade comunitária, mesmo quando têm um caráter inovador.

Nesse contexto, a División de Organizaciones Sociales, (Chile, [s.d.]) propôs

um marco analítico para caracterizar distintas modalidades de participação oportunizadas pelos programas. O Quadro 2, a seguir, constitui-se numa adaptação deste esquema analítico.

**QUADRO 2** – Esquema analítico de modalidades de participação

|                     |                               |   |
|---------------------|-------------------------------|---|
| <b>CONSULTIVA</b>   | Acumula capital social        | <b>HABILITAÇÃO SOCIAL E<br/>EMPODERAMENTO</b> |
|                     | NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO         |   |
| Utiliza oferta      |                               | Participa nas decisões                        |
| <b>INSTRUMENTAL</b> |                               | <b>GESTIONÁRIA</b>                            |
|                     | Satisfaz necessidades básicas |   |

O eixo vertical responde a pergunta “para que serve ou em que beneficia a participação social?”. Há possibilidade de duas alternativas: satisfação de necessidades básicas (habitação, subsídio) num dos extremos, e “acumula capital social” (além de satisfazer uma necessidade básica, há uma aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos que participam), no outro extremo.

O eixo horizontal responde à pergunta “em que consiste ou do que se trata a participação?”. Tem a ver com a influência que têm os destinatários sobre *o que e como* o programa trabalha. Há também possibilidade de duas alternativas. No extremo “utiliza a oferta”, os destinatários não têm nenhuma influência sobre o programa. O outro extremo, “participa nas decisões”, se refere à capacidade dos destinatários influírem na tomada de decisões relativas ao programa.

A combinação desses eixos dá lugar a quatro quadrantes que permitem localizar os tipos de participação e a ingerência dos sujeitos nos programas.

A participação como “habilitação social e empoderamento” contempla a combinação entre participação na tomada de decisões e acumulação de capital social. Os sujeitos adquirem certas capacidades e habilidades, fortalecem seus espaços e organizações e atuam com sentido de identidade e

comunidade. Além disso, incrementam sua capacidade de negociação e interlocução com o setor público.

A participação “gestionária” combina a participação na tomada de decisões com a satisfação de necessidades. Os destinatários são considerados como gestores de programas públicos, dando respostas a programas locais ou setoriais. Estimula, na comunidade, a capacidade para gerir e supõe informação para atuar como interlocutor junto às agências estatais.

A participação “instrumental” tem a ver com a satisfação de necessidades a partir da oferta de determinados programas. A participação “consultiva”, por sua vez, é aquela que utiliza a oferta dos programas, mas tem, no entanto, capacidade para acumulação de capital social. Diz respeito a um tipo de participação em que os programas efetuariam uma espécie de consulta à população.

## **5. A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO AGENTE JOVEM E DO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE DE SÃO LEOPOLDO (RS)**

### a) Projeto Agente Jovem

O Projeto Agente Jovem é um projeto do governo federal que, em parceria com os municípios, desenvolve atividades com o

objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil e a ação comunitária. Com foco no público na faixa etária de 15 e 17 anos, os jovens recebem bolsa-auxílio, podendo permanecer no Projeto por um ano. O Projeto Agente foi desenhado dentro de uma concepção de gestão intergovernamental e de caráter intersetorial. Para tanto, faz-se necessário um amplo movimento de mobilização nos três níveis de governo e, especialmente, do poder público local, buscando parcerias com organizações não governamentais, setor empresarial e trabalho voluntário. Nesta perspectiva, propõe o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a formação para a cidadania. Tem por objetivos:

- a) garantir a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;
- b) promover a integração do jovem à família, à comunidade e à sociedade;
- c) desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil;
- d) capacitar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade;
- e) contribuir para a diminuição dos índices de violência entre os jovens, do uso/abuso de drogas, das DST/AIDS, de gravidez não planejada;
- f) desenvolver ações que facilitem a integração e interação dos jovens, quando da sua inserção no mundo do trabalho.

Para atingir seus objetivos, as ações socioeducativas estão fundamentadas em metodologia que considera os conhecimentos e os saberes dos jovens, propiciando sua ampliação por meio de conteúdos temáticos básicos. Aborda temas direcionados ao desenvolvimento da auto-estima e do protagonismo juvenil, oportunizando, aos jovens, situações que possibilitem um entendimento a respeito de seu poder de transformação. Como temas específicos são trabalhados: direitos humanos e cidadania, saúde, meio ambiente e cultura.

No âmbito do Projeto Agente Jovem, a ação comunitária visa contribuir para o reconhecimento, pelos jovens, de seus direitos e deveres cidadãos e para o

desenvolvimento de capacidades que resultem no exercício de uma cidadania ativa, criadora de novos direitos, de novos espaços participativos, de autonomia e de protagonismo na transformação e desenvolvimento de sua comunidade.

#### b) Consórcio Social da Juventude – São Leopoldo (RS)

O Consórcio Social da Juventude se constitui em estratégia de atuação do Plano Nacional de Primeiro Emprego, que tem como objetivo a consolidação da parceria governo-sociedade e atua como porta de entrada complementar à ação do SINE, a fim de atingir uma parte significativa do público jovem de maior exclusão social, com prioridade para: afro-descendentes, indígenas, jovens em conflito com a lei, jovens com deficiência, trabalhadores(as) rurais, dentre outros segmentos, e garantir a integração das Políticas Públicas de Emprego.

Nos últimos três anos, os consórcios da juventude instalados em 21 capitais e 11 cidades do país beneficiaram 62.992 jovens com a oferta de cursos de formação para o trabalho. O Consórcio Social da Juventude em São Leopoldo/RS, no ano de 2006, formou 958 jovens. Os objetivos da proposta do Consórcio em nível nacional são:

- a) Intermediar a oferta de empregos formais para os jovens;
- b) Preparar os jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda;
- c) Melhorar a qualificação da força de trabalho dos jovens e promover a inclusão social dos mesmos;
- d) Constituir um espaço físico, denominado de Espaço da Juventude, como ponto de encontro das ações desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil consorciadas em sua base social.

## 6. O CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO JUVENIL NOS PROJETOS GOVERNAMENTAIS

Uma análise preliminar do Projeto Agente Jovem revela que sua proposta se situa, no que Krauskopf denomina de paradigma de enfoque de juventude avançado. A proposta concebe o jovem como “agente de transformação”, transitando entre o paradigma da juventude cidadã (sujeito de direitos) e a concepção da juventude como etapa de formação e aporte cultural e produtivo.

O Projeto, em sua justificativa, explicita que “O jovem, como segmento específico da sociedade, possui características comportamentais peculiares, podendo ser importante agente de transformação, sendo, portanto, dever da sociedade em geral, reconhecer e incorporar o jovem como elemento ativo de seu desenvolvimento” (p. 1).

Na prática, o Agente Jovem em São Leopoldo/RS se desenvolve privilegiando a participação juvenil como forma de protagonismo social. Segundo uma educadora entrevistada, “a concepção que se põe em prática entende o jovem como “ator social, protagonista, sujeito de transformações sociais””. Outra educadora, por sua vez, afirma: “a proposta, na prática, possibilita ao jovem uma participação *propositora*, pois o que se quer é desenvolver a capacidade de refletir e propor coisas”.

Já o Consórcio Social da Juventude em São Leopoldo/RS explicita, em sua proposta, o entendimento do jovem como um ator estratégico do desenvolvimento e a juventude, como uma etapa de formação e de aporte cultural e produtivo. Nessa perspectiva articula-se a uma política pública intersetorial, direcionada para a incorporação da juventude, enquanto capital humano.

A concepção de juventude explícita nas práticas desenvolvidas no Consórcio Social da Juventude em São Leopoldo/RS, são condizentes com a concepção de juventude implícita nos documentos oficiais. Utilizando um termo referido por um educador em

entrevista, a concepção de juventude diz de um *jovem moldável*, pois lida com uma concepção generalizada de juventude e mundo do trabalho. Segundo um educador, “a capacidade de diálogo com as diferentes juventudes, tribos e segmentos específicos realizam-se de forma insuficiente ou são inexistentes”. Dessa forma, “a participação do jovem é limitada”, confirma outro educador.

Diferentemente do projeto Agente Jovem, o Consórcio Social de Juventude de São Leopoldo/RS vincula-se a um paradigma tradicional de enfoque juvenil.

Krauskopf (2004, p. 16), a partir de estudo sobre as políticas públicas da juventude em Costa Rica, mostra que o uso do termo “políticas de juventude” pode esconder a ausência real de políticas, podendo significar a mera preocupação governamental dirigida à juventude. Mas pode também significar um conjunto de ações públicas dirigidas aos jovens com vistas ao protagonismo, dentro de novos enfoques (avançados).

Conforme a autora, há seis fatores que contribuem para a emergência de políticas, baseados nos novos enfoques (avançados):

a) O caráter disperso e inconcluso do aporte estatal no campo social como conseqüência da adoção de políticas de restrição do gasto, colocou em evidência que o “social também é importante” na agenda pública. Surge o reconhecimento de que se quer um compromisso político para construir as novas dimensões do Estado Social nos países;

b) A transição demográfica coloca uma grande parte população na idade juvenil e dá lugar ao planejamento de ações que valorizam o jovem como ator estratégico.

c) A existência de um capital ativo, constituído por instituições relacionadas com a juventude, capaz de organização e pressão política. Surgem novas formas de capacitação e geração de rotinas institucionais que incorporam certos paradigmas em relação aos jovens e sua incorporação ao desenvolvimento nacional.

d) O surgimento de setores orientados a populações, direitos e diversidades, favorece a revisão de políticas, a fim de incluir políticas de atores. O Estado começou a responder com uma nova institucionalidade que apresenta transformações frente a diversas situações e populações, gerando um clima idôneo para a construção de políticas de juventude.

e) O avanço do enfoque dos direitos que adquiriu força nas últimas décadas. Sua aplicação reconhece as pessoas como sujeitos de direitos, sem distinção, permitindo uma concepção de integralidade e sem discriminação (incluída a etária) e igualdade social. Isto envolve ações afirmativas, buscando restituir os direitos negados às pessoas por se encontrarem em desvantagem social ou pertencer a alguma minoria. Por causa disso, abriram-se condições para o desenvolvimento de iniciativas com as juventudes.

f) A evolução dos paradigmas nas políticas de juventude que incorporaram iniciativas de organismos internacionais e nacionais no fomento de ações inclusivas das juventudes.

Analisando a questão da participação juvenil oportunizada por ambos os programas, cabe destacar diferenças. No Projeto “Agente Jovem”, segundo dados coletados junto a educadores que nele atuam, os jovens participam ativamente tanto na construção quanto no desenvolvimento e avaliação de suas ações, ao mesmo tempo em que, no processo de participação, desenvolvem determinadas habilidades e capacidades, exercendo protagonismo juvenil e construindo capital social. Como resultado dessa participação uma educadora do projeto salienta: “percebemos que os jovens avançam, em diferentes níveis nas seguintes direções: desacomodação, aumento da autonomia, aumento da coragem de expor as idéias em grupo, melhora da auto-estima, constatação do valor das suas contribuições, bem como, percebem-se numa relação de igualdade (não autoritária) com o educador”.

Por sua vez, o Projeto Consórcio Social da Juventude de São Leopoldo (RS) busca atender determinadas demandas juvenis, utilizando um processo de natureza apenas consultiva para mediar a relação com os jovens.

No entanto, embora os referidos programas se alinhem a uma perspectiva do que Krauskopf (2004) denomina política avançada de juventude, depoimentos de educadores que atuam nestes programas revelam, que na ação, desenvolvem práticas vinculadas a paradigmas tradicionais de enfoque da juventude, entendendo juventude como uma etapa de transição para a vida adulta ou como uma etapa problema para a sociedade.

T & M

Texto recebido em agosto de 2008.

Aprovado para publicação em outubro de 2008.

### **SOBRE OS AUTORES**

**Rute Vivian Angelo Baquero** é PhD em Educação pela Florida State University, Estado Unidos. Professora titular do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no qual desenvolve investigações vinculadas à Linha de Pesquisa “Educação e processos de exclusão social”. Contato: rbaquero@unisinos.br

**Karine dos Santos** é Mestre pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Coordenadora da Fundação Semear (Novo Hamburgo/RS).

**Lúcio Jorge Hammes** é Graduado em Filosofia e Teologia. Mestre em Teologia e Doutor em Educação. Atualmente é Diretor do Campus de Jaguarão da UNIPAMPA.

## REFERÊNCIAS

- BAQUERO, Rute. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 77-94, 2006.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Consórcio Social da Juventude. Brasília, 2005.
- BRASIL, Secretaria de Estado de Assistência Social. Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Brasília, 2005
- CHILE. Ministerio Secretaría General de Gobierno. División de Organizaciones Sociales. Hace una reflexión de la participación en la psicología comunitaria out. la luz de los efectos sobre una nueva institucionalidad. 2007.
- KRAUSKOPF, Dina. Perspectivas sobre la condición juvenil e su inclusión en las políticas públicas. In: GERBER, Elisabet; BALARDINI, Sérgio. Políticas de juventud en Latinoamérica: Argentina em perspectiva. Buenos Aires: FLACSO; Friedrich Ebert Stiftung, 2004.
- POLIS/IBASE. Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final. São Paulo; Rio de Janeiro, 2005.
- SCHWARTZ, Peter. A arte da previsão: planejando o futuro em um mundo de incertezas. Trad. Alana Madureira. São Paulo: Scrita, 1995.
- UNESCO. Políticas públicas de/para/com as juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REVISTA TEMAS & MATIZES

Versão eletrônica disponível na internet:

[www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)